

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Legal no Agravo de instrumento nº:** 0342263-3

**Agravante:** Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Agravado:** Damião Pereira Nunes

**Relator:** Des. Eurico de Barros Correia Filho

**Acórdão**

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE DANOS MORAIS. CONTRATOS BANCÁRIOS. CONTROVÉRSIA QUANTO A CONTRATAÇÃO. SUSPEITA DE FRAUDE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. DECISÃO TERMINATIVA. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 297 DO STJ E DO ART. 3º, §2º DO CDC. MANUTENÇÃO DO JULGADO. INVIABILIDADE DO PEDIDO RETRATATIVO.**

1 - O pedido antecipatório deve se amoldar, para efeito da outorga pretendida, àqueles pressupostos detalhados pelo Código de Processo Civil no art. 273, quais sejam: prova inequívoca, verossimilhança das alegações, a verificação de dano irreparável ou de difícil reparação, além da possibilidade da medida poder vir a ser revertida;

2 - Registra a Súmula de nº 297 do STJ que: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras";

3 - O art. 3º, §2º do CDC ensina que a atividade fornecida no mercado de consumo de natureza bancária, financeira e de crédito é passível de tutela pelo Código de Defesa do Consumidor;

4 - Não há no recurso de agravo qualquer fato novo que ensejasse a retratação ou reforma da decisão anterior. Agravo Legal improvido à unanimidade de votos.

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de agravo legal interposto pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 25 de Setembro de 2014.

  
**Eurico de Barros Correia Filho**  
Desembargador Relator



**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Legal no Agravo de instrumento nº:** 0342263-3

**Agravante:** Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Agravado:** Damião Pereira Nunes

**Relator:** Des. Eurico de Barros Correia Filho

**Relatório**

Trata-se de **recurso de Agravo Legal** interposto pelo **Banco do Nordeste do Brasil S/A** contra decisão desta relatoria que negou seguimento ao recurso de agravo de instrumento encartado nos autos.

Em suas razões recursais, a parte agravante, em síntese, defende a inexistência de interesse recursal da parte agravada, sob o argumento de que o recorrido nunca procurou o banco para tentar solucionar o problema de forma pacífica, ingressando imediatamente em juízo.

Registra que no caso em apreço não haveria que se falar em aplicabilidade do código de defesa do consumidor, pelo que a inversão do ônus da prova considerando a incidência deste instituto iria de encontro aos ditames legais pertinentes à matéria.

Ao final, requereu o provimento do recurso para que seja a decisão agravada reformada em sua totalidade, a fim de que seja declarada a desnecessidade da inversão do ônus da prova, por não ser aplicado o Código consumerista ao caso presente.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este agravo à apreciação da Câmara.

É o relatório.

Recife, 25 de Setembro de 2014.

  
**Eurico de Barros Correia Filho**  
Desembargador Relator



**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Legal no Agravo de instrumento nº:** 0342263-3

**Agravante:** Banco do Nordeste do Brasil S/A

**Agravado:** Damião Pereira Nunes

**Relator:** Des. Eurico de Barros Correia Filho

**Voto**

Analizando percucientemente o acervo fático probatório, percebo que o cerne da controvérsia é saber sobre a possibilidade ou não de incidência do Código de Defesa do Consumidor, bem como da regra da inversão do ônus da prova ao caso em análise.

*Ab initio*, verifico que narra a inicial a existência de contratos desconhecidos pelo promovente (fls. 34/38), onde teriam sido ajustados junto à instituição financeira ré, que por sua vez afirma ter relação contratual pendente de quitação com o recorrido (fls. 47).

Pois bem, tenho que diante dos argumentos traçados pela recorrente é notória que a relação jurídica em destaque configura-se como de natureza consumerista, na qual a parte recorrida é destinatária final, consumidor, dos serviços ofertados pela parte recorrente, fornecedora, sujeitando-se ao regime protetivo do Código de Defesa do Consumidor, pois não há dúvidas de que as atividades desempenhadas pelas instituições financeiras se enquadram no referido conceito de relação de consumo.

Desta maneira, as questões controvertidas que surjam de contratos bancários devem ser dirimidas à luz do CDC, para assegurar o equilíbrio financeiro e contratual equivalente entre as partes.

A sujeição da instituição financeira ao regime legal do código consumerista encontra-se previsto, a propósito, na Súmula nº 297 do STJ e no art. 3º, §2º do próprio Diploma Consumerista, *in verbis*:

**Art. 3º: Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.**

(...)

**§2º: Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.**

**Súmula de nº 297, do STJ: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras".**

Assim, cuidando-se de discussão sobre inserção do nome do autor/agravado nos cadastros desabonadores, arrimando-se o recorrente na tese de que o promovente seria cliente do mesmo e que estaria em débito perante os contratos alegados, acaba por tornar evidente a relação de cunho essencialmente consumerista.

*[assinatura]*

Noutra banda, quanto à inversão do ônus da prova quando verificada a verossimilhança das alegações do autor ou quando for este hipossuficiente, como é o caso, patente é sua determinação.

Nestes termos, diante de tais requisitos, agiu acertadamente o magistrado *a quo* em determinar a inversão do ônus da prova, por se tratar de pessoa física em posição de desvantagem diante de instituição financeira de grande porte que detém condições técnicas e econômicas de provar a existência dos contratos ora discutidos.

Colaciono os seguintes julgados:

**AGRAVO REGIMENTAL - RECURSO ESPECIAL - CONTRATO BANCÁRIO - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INCIDÊNCIA - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA** - 1. Os serviços prestados pelos bancos a seus clientes estão garantidos pela Lei de defesa do consumidor, em especial as cadernetas de poupança e os contratos tipicamente bancários de concessão de crédito, em suas diversas formas: Mútuos em geral, financiamentos rural, comercial, industrial ou para exportação, contratos de câmbio, empréstimos para capital de giro, abertura de crédito em conta-corrente e abertura de crédito fixo, ou quaisquer outras modalidades do gênero (RESP nº 106.888/PR, Segunda Seção, Relator o Ministro Cesar Asfor Rocha, DJ de 5/8/02). 2. A hipossuficiência do autor foi aferida pelas instâncias ordinárias através da análise das circunstâncias do caso concreto, o que não foi alvo de ataque no momento oportuno. 3. Agravo regimental desprovido". (STJ - AGRESP 200400841927 - (671866 SP) - 3ª T. - Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito - DJU 09. 05. 2005 - p. 00402).

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS - COMPETÊNCIA DO STF - DEFERIMENTO DA PROVA PERICIAL - POSSIBILIDADE - DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA - LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO - PRECEDENTES - MANUTENÇÃO DOS FUNDAMENTOS - RECURSO IMPROVIDO.** (1339204 SP 2010/0143128-2, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de Julgamento: 27/03/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/04/2012, undefined).

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - MEDIDA A SER DEFERIDA À LUZ DAS PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO - PRECEDENTES - REQUISITOS NECESSÁRIOS - REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - ÓBICE DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA/STJ - AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.** (1378098 RS 2010/0229501-7, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de Julgamento: 19/04/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/04/2012, undefined).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. BANCÁRIO. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REVISÃO DE CONTRATOS ANTERIORES/FINDOS. EXIBIÇÃO DOS RESPECTIVOS CONTRATOS. **Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor às instituições financeiras. Súmula 297 do STJ.. A inversão do ônus da prova não é automática e subordina-se ao critério do juiz, quando for verossímil a alegação ou quando o postulante for hipossuficiente (art. 6º, VIII do CDC)..** A renegociação de contrato bancário ou a confissão de dívida não impede a discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores (Súmula nº 286 do STJ).. Incumbe à CEF fornecer os contratos, a fim de viabilizar a sua revisão para posteriormente prosseguir a execução.. Processo anulado, com retorno dos autos à origem para regular prosseguimento.. Prequestionamento quanto à legislação invocada estabelecido pelas razões de

223

decidir.. Apelação parcialmente provida. (TRF-4 - AC: 7121520094047214 SC 0000712-15.2009.404.7214, Relator: SILVIA MARIA GONÇALVES GORAIEB, Data de Julgamento: 12/01/2011, QUARTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 21/01/2011, undefined)

Deste modo, entendo que é ônus da empresa ré, ora agravante, demonstrar, de forma inequívoca, a veracidade de seus argumentos e desconstituir o direito do consumidor.

Assim, vislumbro que a decisão vergastada não merece qualquer reforma, sendo manifestamente improcedentes as argumentações da parte agravante.

Isto posto, inexistindo fato novo para realizar o Juízo de retratação na decisão vergastada, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo Legal interposto pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A.

É como voto

Recife, 25 de setembro de 2014.

  
**Eurico de Barros Correia Filho**  
**Desembargador Relator**